

TRIBUNAL DE CONTAS

Gestores públicos identificam corrupção



TRINTA DIAS é o prazo dado para mais de 500 gestores públicos responderem a um inquérito sobre prevenção da corrupção, que os responsabilizará por eventuais ilícitos, asseverou José Tavares, secretário-geral do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC). “O CPC aprovou uma deliberação estrutural que reconhece e recomenda que todos os gestores de dinheiros e de património públicos devem analisar as suas organizações, identificar os eventuais riscos de corrupção e prever medidas que possam reduzir ou eliminar a sua ocorrência”, afirmou José Tavares.

A decisão resulta da reunião do CPC, realizada durante a semana no Tribunal de Contas (TC), acrescenta o director-geral do TC, José Tavares, que, por inerência, é secretário-geral do CPC. Para ajudar, o CPC definiu à partida “duas áreas” de maior risco de corrupção, como a contratação pública e a concessão de benefícios públicos. É sobre estas áreas que incidem as questões

do inquérito que o CPC “tentará enviar durante a próxima semana”, informou José Tavares.

O secretário-geral considera que o pedido aos gestores públicos de informação sobre os riscos e as medidas de prevenção de corrupção é da “maior importância”, porque permite “responsabilizar os gestores públicos”. Isto porque, a acontecer alguma situação de corrupção haverá “culpa agravada” daqueles responsáveis, adiantou.

Terão de responder ao inquérito gestores dos serviços das administrações Central, Regional e Local. O sector empresarial do Estado e os organismos de direito privado que gerem dinheiros públicos ficam para uma segunda fase, garante. Depois de recolhidas as respostas, o que terá de acontecer em 30 dias, o CPC fará uma análise das mesmas.

“O CPC vai visitar as entidades inquiridas para se inteirar da aplicação prática das medidas referidas nas respostas”, disse, José Tavares. O secretário-geral garante igualmente que os resultados deste processo serão publicados.

Na reunião desta semana ficou igualmente decidido que o CPC irá ouvir personalidades de reconhecido mérito na área da corrupção. No encontro, o professor de Ciências Políticas, Luís de Sousa, foi o especialista ouvido. Em declarações à Lusa, o professor do ISCTE defendeu que a “melhoria no acesso à informação qualitativa sobre o fenómeno da corrupção” é essencial para o sucesso do combate. |